



NÍVEL SUPERIOR | MANHÃ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais:

0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1

1 A palavra sonho significa muitas coisas diferentes: “o
sonho da minha vida” e “meu sonho de consumo” são
expressões usadas pelas pessoas para dizer que pretendem ou
4 conseguiram alcançar algo. Todo mundo tem um sonho, no
sentido de plano futuro. Todo mundo deseja algo que não tem.
Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que
7 tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a
palavra usada para designar tudo aquilo que se quer ter?

O repertório publicitário contemporâneo não tem
10 dúvidas de que o sonho é a força motriz de nossos
comportamentos, a motivação íntima de nossa ação exterior.
Desejo é o sinônimo mais preciso da palavra “sonho”. Na área
13 de desembarque de um aeroporto nos Estados Unidos, uma foto
enorme de um casal belo e sorridente, velejando num mar
caribenho em dia ensolarado, sob a frase enigmática: “Aonde
16 seus sonhos o levarão?”, embaixo o logotipo da empresa de
cartão de crédito. Deduz-se do anúncio que os sonhos são
como veleiros, capazes de levar-nos a lugares idílicos,
19 perfeitos, altamente... desejáveis. As equações “sonho é igual
a desejo, que é igual a dinheiro” têm como variável oculta a
liberdade de ir, ser e principalmente ter, liberdade que até os
22 mais miseráveis podem experimentar no mundo de regras
frouxas do sonho noturno, mas que no sonho diurno é
privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.

25 Entretanto, a rotina do trabalho diário e a falta de
tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos
trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização
28 contemporânea. É gritante o contraste entre a relevância
motivacional do sonho e sua banalização no mundo industrial
globalizado. No século XXI, a busca pelo sono perdido
31 envolve rastreadores de sono, colchões *high-tech*, máquinas de
estimulação sonora, pijamas com biossensores, robôs para
ajudar a dormir e uma cornucópia de remédios. A indústria da
34 saúde do sono, um setor que cresce aceleradamente, tem valor
estimado entre 30 bilhões e 40 bilhões de dólares. Mesmo
assim impera a insônia. Se o tempo é sempre escasso, se
37 despertamos diariamente com o toque insistente do
despertador, ainda sonolentos e já atrasados para cumprir
compromissos que se renovam ao infinito, se tão poucos se
40 lembram de que sonham pela simples falta de oportunidade de
contemplar a vida interior, quando a insônia grassa e o bocejo
se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho.

43 E, no entanto, sonha-se. Sonha-se muito e a granel,
sonha-se sofregamente apesar das luzes e dos ruídos da cidade,
da incessante faina da vida e da tristeza das perspectivas.

Sidarta Ribeiro. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19-20 (com adaptações).

A partir das ideias e da estrutura do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto discute a noção de sonho vinculando-a à dimensão cultural e social do mundo contemporâneo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O autor discorre sobre o sonho enfocando especialmente, como fatores culturais e sociais, o papel da cultura da publicidade e da indústria do sono sobre essa faculdade humana.
- 2 O texto aponta dois problemas relativos ao sonho: a sua hipervalorização pela cultura consumista e a sua banalização pela indústria da saúde do sono.
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a publicidade incita a relação entre sonho e desejo, e a indústria do sono banaliza-o mediante uma cornucópia de soluções miraculosas infrutíferas para o combate ao problemas do sono que caracterizam a civilização contemporânea.
- 3 O texto defende que o mal-estar da civilização contemporânea deve-se ao fato de que desejo de consumo e sonho se confundem cada vez mais.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O texto afirma que “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”.
- 4 A exposição de fatos e argumentos que estrutura o texto caracteriza-o como predominantemente dissertativo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O texto dissertativo é aquele que se ocupa de expor ideias, fatos e argumentos, tal como se verifica, predominantemente, no texto apresentado.
- 5 O texto trata da alteração do significado original da palavra “sonho”, que, com o passar dos anos, assumiu diferentes sentidos, os quais remetem a um plano ou a um desejo no futuro.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Em momento algum do texto, afirma-se que a palavra “sonho” mudou seu sentido original. O que o texto traz de informação é que essa palavra significa muitas coisas que têm em comum o fato de remeterem a um plano futuro ou a um desejo futuro. O que se afirma no item extrapola as informações do texto.

- 6 Depreende-se do texto que a impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo e compromete quantitativa e qualitativamente a capacidade das pessoas de sonhar.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Embora o texto afirme que a “impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo” e que essa impossibilidade de dormir (por conta das dificuldades do sono, da falta de tempo para dormir ou das interferências externas no sono) reflita diretamente na (pouca) qualidade do sono e, conseqüentemente, na qualidade dos sonhos, não está de acordo com as ideias do texto a afirmação de que a impossibilidade de dormir comprometa a capacidade das pessoas de sonhar, em termos quantitativos. Como se lê no texto, “Sonha-se muito”. Logo, a capacidade de sonhar não é afetada em seus aspectos quantitativos. Assim, afirmar que esses dois aspectos do sonho são afetados está em desacordo com as ideias apresentadas no texto.
- 7 Conforme o texto, o sonho noturno, por suas características, é um território de liberdade acessível a todas as pessoas.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Segundo o texto, o sonho noturno se caracteriza por “regras frouxas”, as quais permitem que “até os mais miseráveis” experimentem a liberdade de ir, ser e ter. O uso da palavra “até” serve para denotar inclusão, o que mostra que, enquanto, no mundo real, a experiência de ir, ser e ter é restrita, o sonho noturno desfaz essa restrição e permite a todos — inclusive aos miseráveis — experimentarem essa liberdade.
- 8 Segundo o texto, apesar da profusão de produtos para o sono bem como do crescimento rápido da indústria do sono, a recuperação do sono perdido ainda não foi alcançada pela população.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Embora a indústria do sono invista em colocar no mercado inúmeros produtos para o sono e embora essa indústria tenha crescido rapidamente, o seu objetivo, que é o de oferecer o sono perdido que a população tanto busca, ainda não foi alcançado, uma vez que, “Mesmo assim impera a insônia” (l. 35 e 36).

No que se refere aos sentidos do texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 9 O vocábulo “gritante” (l.28) está empregado com o mesmo sentido de **chocante**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “gritante” possui o significado de evidente, claro, óbvio, enquanto “chocante” significa algo que abala, choca, escandaliza, sentido que não condiz com “gritante” no texto original.
- 10 O termo “ainda” (l.38) está empregado no texto com o mesmo sentido de **embora**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “ainda” está empregado como advérbio no texto, com o sentido de “até então, até o momento”. Não tem valor concessivo, portanto não é equivalente a “embora”.
- 11 A palavra “cornucópia” (l.33) está empregada no texto com o sentido de **abundância, profusão, grande quantidade**.
JUSTIFICATIVA: CERTO. No texto, a palavra “cornucópia” significa “abundância”, “profusão”, “grande quantidade”, e se refere à imensa quantidade de remédios que a indústria do sono produz como um dos meios de ajudar as pessoas na sua busca do sono perdido.

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 12 Sem prejuízo da informação originalmente veiculada pelo texto, a forma verbal “acometem” (l.26) poderia ser substituída por **atacam**, dados os sentidos do verbo **acometer** e o contexto em que ele foi empregado no texto.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Os dicionários apontam “atacar” como sinônimo de “acometer”. Dado o contexto, a substituição por esse sinônimo não prejudicaria a informação veiculada, até porque ambas as formas verbais estão flexionadas no mesmo tempo, modo, pessoa e número verbais.
- 13 O uso de reticências no trecho “altamente... desejáveis” (l.19) reforça a expressividade do que o autor deseja sugerir com relação à intensificação da equivalência entre sonho e desejo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. As reticências denotam interrupção ou incompletude do pensamento, ou hesitação em enunciá-lo. No caso, a interrupção sugere uma disposição de intensificação da avaliação subjetiva do autor do texto acerca da relação entre sonho e desejo.
- 14 O trecho “privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico” (l.24) refere-se, textualmente, à “liberdade de ir, ser e principalmente ter” (l.21).
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a liberdade de ir, ser e ter é, no contexto real, privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.
- 15 Seriam preservados o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o trecho ‘sonho é igual a desejo’ (l. 19 e 20) fosse substituído por **sonhar é igual a desejar**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Haveria incorreção gramatical no trecho reescrito, em virtude do emprego incorreto do acento grave indicativo de crase.
- 16 A retirada da vírgula após a palavra “veleiros” (l.18), apesar de manter a correção gramatical do texto, alteraria seu sentido original.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A omissão da vírgula é gramaticalmente correta e, no período, produz diferença interpretativa em relação à versão original com a vírgula. No original, a sequência “capazes (...) desejáveis” refere-se ao termo “os sonhos”, funcionando como predicativo. Na versão sem a vírgula, a mesma expressão passa a se referir a “veleiros”, funcionando como adjunto.
- 17 A construção “sonha-se”, presente três vezes no último parágrafo do texto, indica que a ação verbal é resultado da intervenção de um agente cuja referência é indefinida.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Em todos os seus usos no último parágrafo, o pronome “se” aparece associado ao uso intransitivo do verbo “sonhar”. Nesse caso, a construção “sonha-se” é uma estrutura de indeterminação do sujeito, a qual tem como efeito sintático a impossibilidade de manifestação do agente responsável pela ação verbal e, como efeito semântico-pragmático, a indeterminação da referência a esse agente.
- 18 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, a forma verbal “são” (l.2) poderia ser substituída por **tratam-se de**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa substituição acarreta dois erros. O primeiro deles é sintático, uma vez que, segundo a gramática normativa, o verbo “tratar”, na expressão “tratar-se de”, é analisado como um verbo impessoal. Sendo impessoal, ele não requer sujeito. O segundo é semântico, uma vez que a expressão “tratam-se de” não é sinônima da forma “são”.

19 No último período do terceiro parágrafo do texto, todas as orações iniciadas pela conjunção “se” poderiam ser introduzidas por **quando**, sem prejuízo do sentido original do texto.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A substituição pela conjunção “quando” alteraria o sentido original do texto, emprestando à relação entre as orações um sentido temporal inexistente no original.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens seguintes.

20 No trecho “quando a insônia grassa e o bocejo se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho” (l. 41 e 42), o emprego da vírgula é facultativo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A vírgula em questão é obrigatória para separar a oração subordinada, deslocada, da oração principal.

21 A mesma regra de pontuação justifica o emprego de vírgula após as expressões “No século XXI” (l.30) e “A indústria da saúde do sono” (l. 33 e 34).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No primeiro caso, a vírgula se justifica pelo deslocamento do adjunto adverbial de lugar para a posição de tópico da frase e, no segundo, pela necessidade de marcar o início de uma intercalação de um termo explicativo.

22 Na linha 36, o termo “a insônia” exerce função de complemento da forma verbal “imperar”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “a insônia” exerce função de sujeito do verbo em questão.

23 O emprego da expressão “Todo mundo” (l.4) é um recurso de indeterminação do sujeito sintático da oração, dado o seu sentido generalizante.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Ainda que, semanticamente, o termo “Todo mundo” não permita a identificação de um agente específico, em termos sintáticos é ele o sujeito expresso da forma verbal “tem”. Portanto, pela análise sintática, o sujeito da oração é simples e determinado.

24 Nas linhas 25 e 26, os termos “diário” e “de tempo” desempenham a mesma função sintática.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os termos “diário” e “de tempo” não têm a mesma função sintática: “diário” é adjunto de “trabalho”, enquanto “de tempo” é complemento de “falta”.

25 Prejudicaria a correção do texto o deslocamento da forma pronominal “nos”, em “levar-nos” (l.18), para imediatamente antes da forma verbal “levar”— **nos levar**.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Quando o infinitivo é impessoal (isto é, não flexionado) e aparece antecedido de preposição, a próclise e a ênclise são possibilidades igualmente corretas de colocação pronominal.

26 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se inserisse acento indicativo de crase na expressão “a granel” (l.43).

JUSTIFICATIVA: CERTO. A palavra “granel” é masculina e, por essa razão, não pode ser antecida de artigo definido feminino, o que impossibilita o uso do acento grave na expressão “a granel”.

27 No trecho “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea” (l. 25 a 28), o pronome “que” exerce a função de sujeito das formas verbais “acometem” e “são”, as quais estão empregadas no plural porque concordam com o antecedente desse pronome: o sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A explicação para o plural na flexão das duas formas verbais é diferente. Cada verbo encontra-se em uma oração, e as relações de concordância se dão dentro dessas orações. A forma “acometem” encontra-se dentro da oração relativa “que acometem a maioria dos trabalhadores” e, nesse caso, aplica-se a explicação apresentada no item, qual seja, a de que esse verbo concorda com o pronome relativo “que” (l.26), o qual se refere ao sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar” (l. 25 e 26). A forma verbal “são”, por sua vez, encontra-se na oração principal “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar ... são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”. Nesse caso, não existe pronome relativo na oração; a concordância se dá entre o verbo e o próprio sujeito composto “A rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar”.

No que diz respeito ao espaço urbano do Distrito Federal (DF) e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

28 No que tange ao uso de serviços de saúde, local de estudo e trabalho, a evidente polarização observada entre o Plano Piloto e as regiões administrativas do DF é igualmente presente entre Brasília e todos os municípios da RIDE, devido a sua dependência econômica em relação à capital, de modo que eles mantêm o perfil de cidades-dormitórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo estudos da polarização da RIDE, verifica-se que a polarização é menos elevada entre determinados municípios da RIDE e Brasília, considerada média em Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina e Padre Bernardo, e baixa em Formosa, Cristalina, Luziânia, Alexânia e Cocalzinho de Goiás. A polarização é mais elevada em Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental.

29 Com o plano urbanístico de Brasília, Lúcio Costa pretendia que as superquadras fossem lugares livres dos preconceitos sociais que normalmente existem na classe média das cidades brasileiras, contudo, na prática, a formação espacial de Brasília contém os mesmos traços característicos dos processos sociais que evidenciam o caráter desigual e excludente das formações dominadas por relações capitalistas de trabalho em outras grandes cidades brasileiras.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Apesar do planejamento urbanístico para Brasília e do discurso desenvolvimentista da época, na prática a cidade apresenta as mesmas contradições das outras grandes cidades brasileiras, tais como formação de área metropolitana com periferias empobrecidas e seletividade espacial, ou seja, segregação das classes sociais.

30 O espaço urbano do DF acumulou, nas últimas décadas deste século, um déficit habitacional principalmente entre as classes de baixa renda e, para atender a demanda dessas famílias, tem adotado programas habitacionais, sendo exemplo disso o empreendimento Jardins Mangueiral, desenvolvido por parceria público-privada na região administrativa de São Sebastião como modelo de atendimento para a classe de menor rendimento da Unidade de Planejamento Territorial Leste (UPT).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O empreendimento Jardins Mangueiral privilegiou o atendimento para as classes de rendimento mediano e de menor déficit habitacional. Visou os não residentes das RA empobrecidas da UPT Leste. O projeto foi voltado à realização de habitação de mercado.

31 O tombamento de Brasília foi concedido em 1987 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tornando-se a capital federal detentora da maior área tombada do mundo e único bem contemporâneo a receber tal distinção. Para a preservação desse bem, existe o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que define, além dos planos de desenvolvimento local, diversos planos de desenvolvimento e de uso e ocupação do solo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O tombamento de Brasília, concedido pela UNESCO em 1987, prevê a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, único bem contemporâneo tombado no mundo. Para sua preservação, foi necessária a definição territorial da área tombada, conforme o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

No contexto da Independência do Brasil (1822), importantes personalidades, como José Bonifácio e Hipólito da Costa, já defendiam a transferência da capital para o interior do país. Na República, as Constituições de 1891, 1934 e 1946 tratavam do tema. Todavia, só na segunda metade dos anos 50 as obras da nova sede político-administrativa do Brasil foram implementadas no Planalto Central. A inauguração de Brasília se deu em 21 de abril de 1960.

Considerando aspectos marcantes do processo de transferência da capital brasileira para o interior do país e de sua consolidação como sede dos Poderes da República, ao longo de seis décadas, julgue os itens seguintes.

32 Historicamente, dois argumentos foram utilizados para justificar a necessidade de transferência da capital brasileira do litoral para o interior do país: inicialmente, o da defesa, pois isso a tornaria menos suscetível a ataques pelo mar; mais tarde, a possibilidade de promover a interiorização do desenvolvimento nacional pela ocupação de áreas do vasto território até então negligenciadas.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A ideia da mudança da capital é tão antiga quanto a existência do Brasil independente. As justificativas variavam com o tempo, mas ganhou força o papel de indutor da interiorização do desenvolvimento a partir da Era Vargas (“Marcha para o Oeste”).

33 A construção de Brasília, no governo Juscelino Kubistchek de Oliveira, não ficou imune à ação oposicionista, tendo a oposição à mudança da capital sido liderada pela seção goiana da União Democrática Nacional (UDN), contrária à cessão de parte do território de Goiás para o novo Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Na UDN, a seção do Partido em Goiás foi exceção ao apoiar entusiasticamente a decisão de JK (que era do PSD) de transferir a capital para o coração do País.

34 Tendo por objetivo a articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, Lei Complementar de 1998 criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), acompanhada do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme a Lei Complementar n.º 94.

35 A inexistência de conflitos e de eventuais confrontos entre os trabalhadores, principalmente os operários — conhecidos como candangos —, e as forças de segurança foi nota de destaque ao longo dos trabalhos de construção da nova capital.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os candangos foram a maioria absoluta dos trabalhadores que edificaram Brasília. Choque e confrontos aconteceram em bom número, um dos quais ficou conhecido como massacre.

Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

36 Servidor público aposentado no ano de 2015 pode ser revertido, voluntariamente, ao serviço público até o ano de 2020, desde que haja cargo vago e interesse da administração manifestado expressamente em edital.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A reversão pode ocorrer voluntariamente, se houver interesse da administração e cargo vago, quando decorridos menos de cinco anos da aposentadoria. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 34. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: (...) III – voluntariamente, desde que, cumulativamente: a) haja manifesto interesse da administração, expresso em edital que fixe os critérios de reversão voluntária aos interessados que estejam em igual situação; b) tenham decorrido menos de cinco anos da data de aposentadoria; c) haja cargo vago.”

37 Servidor público que acumule dois cargos em comissão — um deles interinamente — e que venha a exercer cumulativamente as atribuições de ambos fará jus ao acúmulo remuneratório dos cargos, mesmo no período da interinidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No período do exercício dos dois cargos, o servidor deverá optar pela remuneração de um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 15. O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, hipótese em que deve: I – acumular as atribuições de ambos os cargos; II – optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.”

38 Servidor público que acumular ilegalmente cargos públicos, mesmo que de boa-fé, estará sujeito à sanção de demissão.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A sanção de demissão é prevista para servidor público que tenha agido com má-fé comprovada. Em caso de boa-fé, a sanção cabível é a exoneração.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 48. Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação. (...) § 6º Caracterizada no processo disciplinar a acumulação ilegal, a administração pública deve observar o seguinte: I – reconhecida a boa-fé, exonerar o servidor do cargo vinculado ao órgão, autarquia ou fundação onde o processo foi instaurado; II – provada a má-fé, aplicar a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos ou empregos em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação devem ser comunicados.”

39 Servidor público ocupante de cargo efetivo faz jus a três meses de licença-servidor a cada cinco anos de efetivo serviço; porém, se o servidor faltar por mais de trinta dias durante o período aquisitivo, sem apresentar justificativa, a contagem do prazo para aquisição é interrompida, retardando-se a concessão do benefício na proporção de um dia para cada falta que exceder a esse período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A contagem do prazo é interrompida na proporção de um mês para cada falta injustificada que o servidor tiver durante o período aquisitivo. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 139. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a 3 meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive da retribuição do cargo em comissão, função de confiança ou função gratificada escolar (FGE) que eventualmente exerça.

Art. 140. A contagem do prazo para aquisição da licença-servidor é interrompida quando o servidor, durante o período aquisitivo: I – sofrer sanção disciplinar de suspensão; II – licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.

Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardam a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.”.

40 Servidor público cujo local de trabalho habitual seja insalubre e lhe gere risco de vida faz jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, porém deve optar por apenas um deles, já que são benefícios inacumuláveis.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deve optar por um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 79. O servidor que trabalha com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida faz jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade tem de optar por um deles.”.

Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal e no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue os itens seguintes.

41 A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais dispensa a aprovação de nova lei para criação de conselho tutelar dessa mesma região.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais cria automaticamente o conselho tutelar para a respectiva região. Lei Orgânica do Distrito Federal: “Art. 13. A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais. Parágrafo único. Com a criação de nova Região Administrativa, fica criado, automaticamente, Conselho Tutelar para a respectiva região. (Parágrafo acrescido pela Emenda à Lei Orgânica n.º 83, de 2014)”.

42 Secretário executivo de secretaria de estado do Distrito Federal pode exercer, de forma não remunerada, encargo de mandatário, desde que isso não implique a prática de atos empresariais.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O exercício não remunerado de secretário executivo de encargo de mandatário pode ocorrer, desde que não implique a prática de atos empresariais.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO I

Art. 1º Fica instituído o Código de Conduta da Alta Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, cujas normas aplicam-se às seguintes autoridades: I – Secretários de Estado, Secretários de Estado Adjuntos, Secretários Executivos e Subsecretários, bem como cargos de natureza equivalente;

(...)

Art. 17. É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função.”.

43 Servidor público da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no exercício da sua função, deixar de tratar com urbanidade e cordialidade cidadão que procurar o órgão para apresentar requerimento administrativo estará sujeito a responder pela sua conduta perante a comissão de ética do órgão, que poderá aplicar-lhe a penalidade de censura ética ou suspensão do cargo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A penalidade prevista no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo é de censura ética, não estando prevista a suspensão do cargo público.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO II

(...) Art. 6º É dever do servidor ou empregado público: I – agir com cordialidade, urbanidade, disponibilidade e atenção com todos os usuários do serviço público; (...)

Art. 12. A violação aos dispositivos estabelecidos no presente Código enseja ao servidor ou empregado público infrator a aplicação de censura ética.”.

Com base no disposto no Decreto distrital n.º 36.756/2015 que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), julgue os itens a seguir.

44 A fim de evitar o vazamento de informações sigilosas, o SEI contempla, entre os seus objetivos, o de limitar o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O inciso IV do art. 2º do Decreto distrital n.º 36.756/2015 apresenta como um dos objetivos do SEI a facilitação do acesso à informação.

45 O órgão gestor do SEI é a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem cabe garantir recursos de tecnologia da informação, equipe técnica especializada, recursos materiais e estrutura de gestão para a manutenção e a sustentação do sistema.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Arts. 3.º-A e 5.º, inciso X, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

46 O SEI é o sistema oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais no âmbito dos órgãos e das entidades do Distrito Federal, sendo vedada qualquer iniciativa de implantação de sistema semelhante e com o mesmo propósito.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 1.º, combinado com seu § 1.º, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

À luz da Lei Complementar n.º 395/2001 que trata da organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, julgue os itens subsequentes.

- 47 A lei prevê que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal seja chefiada pelo procurador-geral, que é escolhido pelo governador do Distrito Federal, dentre os procuradores do Distrito Federal em atividade, devendo ser aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 48 O procurador-corregedor será eleito em escrutínio secreto dentre os membros da carreira de procurador do Distrito Federal e nomeado pelo governador do Distrito Federal para mandato de dois anos, permitida a recondução por um único período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 8.º da Lei Complementar n.º 395/2001, o procurador-corregedor será nomeado pelo governador do Distrito Federal, por indicação do procurador-geral do Distrito Federal.

- 49 O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal é composto pelo procurador-geral, que o preside, e por dez membros titulares e dez suplentes.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 10, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 50 O titular da Procuradoria-Geral do Distrito Federal possui as mesmas prerrogativas, direitos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 3.º da Lei Complementar n.º 395/2001, “a Procuradoria-Geral do Distrito Federal é equiparada, para todos os efeitos, às secretarias de estado e seu titular tem as prerrogativas, direitos e vantagens de secretário de estado”.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A aplicação do princípio de respeito aos fundos tem como resultado concreto a constituição do fundo de arquivo. Definir e entender o conceito de fundo de arquivo é uma das principais tarefas do arquivista. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- 51 A instituição precisa ter existência jurídica própria para produzir um fundo de arquivo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Para produzir um fundo de arquivo, um organismo deve assumir denominação e existência jurídica próprias.
- 52 As divisões ou as unidades internas de uma instituição são suficientes para a constituição de um fundo de arquivo.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. As divisões ou unidades internas não são suficientes para constituição de um fundo de arquivo.
- 53 Os fundos de arquivo de uma instituição que passaram por adições, supressões ou transferências de atribuições serão constituídos por documentos que refletem essas variações de atribuições.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Como o fundo é constituído de documentos acumulados pela atividade desenvolvida por um organismo, esses mesmos documentos representarão todas as variações ocorridas com as atribuições desse organismo.
- 54 Se uma Instituição X for extinta e suas atribuições forem transferidas para uma instituição Y, que já existia antes da extinção da primeira, o fundo de arquivo da instituição X continuará aberto.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Se uma instituição extinta X transfere suas atribuições à instituição Y, que já existia antes da extinção da X, o fundo de arquivo da instituição X será fechado.

Acerca das políticas públicas de arquivo e da legislação arquivística, julgue os itens a seguir.

- 55 Os serviços de informações ao cidadão devem assegurar, conforme dispõe a legislação em vigor, o acesso às informações públicas.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que determina o inciso I do art. 9.º da Lei n.º 2.527/2011.
- 56 O pedido de acesso à informação deverá ser feito por *email*.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O pedido pode ser feito por qualquer canal de comunicação. Art. 10 da Lei n.º 12.527/2011.
- 57 Caso o acesso à informação envolva a reprodução de documentos, os custos devem ser ressarcidos pelo cidadão à União.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que determina o art. 12 da Lei n.º 12.527/2011.
- 58 Em caso de pedido de acesso à informação negado pelos órgãos públicos, o interessado poderá entrar com recurso no Arquivo Nacional.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os recursos são feitos à Controladoria-Geral da União. Art. 16 da Lei n.º 12.527/2011.

A respeito das normas nacionais e internacionais de arquivo, julgue os itens subsequentes.

- 59 A norma brasileira de descrição arquivística e a norma internacional de descrição arquivística compartilham princípios comuns, como, por exemplo, o princípio que tem como objetivo deixar clara a posição da unidade de descrição na hierarquia.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Um dos princípios é conhecido como relação entre descrições — com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia.
- 60 A norma brasileira de descrição arquivística contempla seis níveis de descrição que devem ser implementados em quaisquer descrições: acervo da entidade custodiadora, fundo, seção, série, dossiê e item documental.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Nem todos os níveis devem ser implementados, vai depender das características dos conjuntos documentais.
- 61 No nível de descrição denominada fundo, o título deve ter o nome do produtor.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É como define o Conselho Nacional de Arquivos.
- 62 A norma internacional de descrição de funções prevê que o nome constante da função seja o único nome autorizado.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Pode ser o nome paralelo também.

No que se refere a sistemas e redes de arquivo, julgue os próximos itens.

- 63 O Conselho Nacional de Arquivos elabora a política nacional de arquivos e estabelece as diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É o que estabelece os arts. 1.º e 2.º do Decreto n.º 4.073/2002.
- 64 O Sistema Nacional de Arquivos é constituído dos arquivos federais dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Ele abrange os arquivos do Distrito Federal e de estados e municípios.
- 65 As redes de arquivo diferem dos sistemas de arquivo por prescindirem de um órgão central e por poderem se agrupar por temáticas.
JUSTIFICATIVA: CERTO. As redes de arquivo não são formadas no sentido hierárquico, como o sistema, os arquivos se agrupam por temáticas próprias e as suas decisões não são impositivas.
- 66 As atribuições do Sistema Nacional de Arquivos incluem subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e estabelecendo prioridades relativas à política nacional de arquivos públicos e privados.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Conforme o inciso VI do art. 2.º do Decreto n.º 4.073/2002, trata-se de uma atribuição do Conselho Nacional de Arquivos.

O diagnóstico da situação arquivística é a primeira etapa para a implementação de programas de gestão de documentos. Sobre os diagnósticos e a gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

- 67 A Lei n.º 8.159/1991, em sua definição de gestão de documentos, não contempla duas importantes funções arquivísticas: a classificação e a preservação.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o art. 3.º da Lei n.º 8.159/1991, gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento.

- 68 Os programas de documentos vitais estão contemplados na fase denominada destinação constante do programa de gestão de documentos.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os programas de documentos vitais estão dentro da fase de utilização e conservação.

- 69 As tradições administrativas comprometem o trabalho das instituições arquivísticas no que se refere à implementação do programa de gestão de documentos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. As tradições administrativas, fatores de ordem legal, a complexidade das estruturas governamentais e o papel histórico dos arquivos nacionais são fatores que comprometem a implementação de programas de gestão de documentos.

- 70 A gestão de documentos de arquivo abrange a organização dos arquivos permanentes.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A gestão de documentos abrange a produção e captura de documentos de arquivo para cumprir os requisitos de prova de atividade de negócio.

- 71 O contexto de negócio é o que fundamenta as políticas de gestão de documentos, as quais devem derivar dos objetivos principais da instituição.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Recomenda-se que as políticas de gestão de documentos sejam fundamentadas no entendimento do contexto do negócio e também nos objetivos maiores da instituição.

- 72 O diagnóstico da situação arquivística do tipo maximalista colabora na implementação de programas de gestão de documentos nas instituições.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O tipo de diagnóstico maximalista colabora na definição de políticas públicas de arquivo. É o tipo minimalista que colabora com os programas de gestão de documentos nas instituições.

- 73 Os principais objetivos do diagnóstico da situação arquivística são compreender a forma como funciona a instituição em sua individualidade — por exemplo, estrutura, atribuições, atividades e processos de trabalho — e identificar o acervo acumulado.

JUSTIFICATIVA: CERTO São esses dois elementos que permitem o conhecimento do fundo de arquivo e o que possibilita a elaboração dos instrumentos de gestão de documentos.

A respeito de protocolo, julgue os itens a seguir.

- 74 Protocolo e arquivo corrente realizam atividades diferentes, mas devem funcionar de forma integrada.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Apesar de distintas, as atividades de protocolo, expedição e arquivo corrente devem funcionar de forma integrada, com vistas à racionalização de tarefas comuns.

- 75 Correspondências de caráter sigiloso e particular recebidas pelo protocolo devem ser devolvidas ao remetente.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os documentos de natureza sigilosa e particular deverão ser enviados pelo protocolo aos respectivos destinatários.

- 76 A classificação das correspondências é atribuição do protocolo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. As rotinas do protocolo incluem interpretar e classificar a correspondência, com base no código de assuntos adotado, se for o caso.

- 77 Recomenda-se que, ao serem distribuídos pelo protocolo às unidades destinatárias, documentos físicos sejam acompanhados por duas vias de guias de encaminhamento.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Recomenda-se o envio de duas vias de guias de encaminhamento na distribuição de documentos.

- 78 Ao protocolo cabe o encaminhamento do documento ao respectivo destino, sendo a identificação e a juntada de documentos antecedentes de competência do arquivo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A juntada de documentos antecedentes é competência do protocolo.

- 79 Na expedição de documentos é opcional o envio de cópias ao setor de arquivamento.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O envio de cópias ao setor de arquivamento é atividade obrigatória. Quando do recebimento de correspondência para a expedição, é necessário encaminhar as cópias ao setor de arquivamento.

Com relação às funções arquivísticas, julgue os itens seguintes.

- 80 As funções arquivísticas englobam o tratamento do acervo nas fases corrente e intermediária, mas não o do acervo permanente.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O tratamento do acervo permanente também é parte das funções arquivísticas.

- 81 Na criação, a padronização dos documentos criados é um dos objetivos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Na criação, o arquivista deve uniformizar a forma dos documentos.

- 82 A avaliação de documentos destaca o tratamento de documentos de caráter permanente, sendo, por isso, elemento dispensável em um programa de gestão de documentos.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A avaliação de documentos não dá ênfase nos documentos permanente. A avaliação é um processo de análise e seleção de documentos que visa estabelecer prazos nas duas primeiras idades dos documentos e sua destinação final. O item também afirma, erroneamente, que a avaliação é dispensável em um programa de gestão de documentos, quando na verdade ela constitui elemento essencial para racionalizar o tratamento do acervo preparando a constituição do arquivo permanente.

- 83 A função descrição é permanente após o recolhimento e pressupõe a condensação das possibilidades de uso da documentação do acervo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A descrição é função presente nos arquivos permanentes cabendo, portanto, ao elaborador da descrição apresentar o acervo e suas possibilidades de pesquisa.

- 84 Ordenar intelectual e fisicamente o acervo é atividade da função arquivística denominada criação.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A definição apresentada é da função classificação, uma ordenação intelectual e física de acervos, elaborada a partir da hierarquia das informações presentes no acervo.

Ainda no que se refere às funções arquivísticas, julgue os itens subsequentes.

- 85** O microfilme é um modo de difusão do acervo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O microfilme é um suporte destinado a conservar e difundir a informação. Ele possibilita maior acesso a fundos e séries de documentos.
- 86** A avaliação de documentos após a transferência não interfere na seleção de documentos.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A avaliação de documentos ocorre na fase corrente. Avaliar documentos na fase intermediária onera a gestão técnica e gerencial do acervo.
- 87** A difusão é uma função voltada à divulgação do acervo para pesquisa científica e para a instituição custodiadora do acervo, sendo permitido o acesso ao cidadão, embora ele não seja o usuário destinatário dessa função.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O cidadão também é destinatário das atividades de divulgação do acervo.
- 88** O cumprimento da função social do arquivo é também resultado do trabalho de descrição.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O arquivo que possui instrumentos de pesquisa bem elaborados cumpre sua função social ao deixar registrado as informações que podem ser consultadas no acervo.
- 89** A classificação dos documentos facilita a posterior descrição do acervo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A classificação de documentos prepara a descrição do acervo ao estabelecer as relações existentes entre as atividades do órgão e o acervo sob sua guarda.
-
- No que se refere à análise tipológica dos documentos de arquivo, julgue os itens subsequentes.
- 90** A análise tipológica ocupa-se da caracterização de elementos externos ao documento.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A análise tipológica estuda as funções desempenhadas pelos documentos em seu contexto de criação e não seus elementos internos.
- 91** A tipologia pode ser empregada em outras funções arquivísticas, como na identificação e na classificação.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A metodologia da tipologia documental pode ser aplicada em diferentes funções arquivísticas.
- 92** O princípio da proveniência é base para a análise tipológica.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O princípio da proveniência serve como base para a análise tipológica, uma vez que esclarece o vínculo da documentação com a unidade que a criou.
- 93** A investigação da frequência da eliminação de documentos de uma série documental é objeto da análise tipológica.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Verificar a devida frequência de eliminação de documentos de uma série documental é atividade que ocorre na análise tipológica de documentos.
- 94** A análise tipológica não estabelece relação com o serviço aos usuários.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A análise tipológica traz benefícios para o serviço aos usuários, permitindo a identificação da informação do contexto de produção do documento.
- 95** A análise tipológica de um documento requer o conhecimento das funções atípicas circunstanciais da entidade acumuladora.
JUSTIFICATIVA: CERTO. É necessário conhecer as funções atípicas circunstanciais do contexto de criação do documento para realizar a análise tipológica.

A respeito das políticas de acesso aos documentos de arquivo previstas na Constituição Federal de 1988 e de sua regulamentação no Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 96** Documentos preparatórios como pareceres e notas técnicas, embora não classificados como sigilosos, só poderão ser acessados publicamente a partir da edição do ato ou da decisão a eles vinculados.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O conceito de documento preparatório aparece na legislação regulamentadora do acesso à informação e afirma que o acesso a ele ou a seu conteúdo será assegurado a partir da edição do ato ou decisão: Decreto n.º 7.724/2012, art. 3.º, XII, e art. 20. No âmbito do GDF, o Decreto n.º 34.276/2013 replica os mesmos textos, no art. 3.º, XII, e no art. 21.
- 97** A desclassificação de um documento é efetuada por ato formal ou por decurso de prazo e abole todas as restrições de acesso às informações constantes em tal documento.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. A desclassificação dá por encerrada a decisão administrativa de atribuição de grau de sigilo ou o encerramento do prazo previsto para a restrição de acesso decorrente do grau de sigilo estabelecido, mas, mesmo sem classificação, o documento pode conter informações restritas sob outras hipóteses legais de sigilo, como aquelas relativas à informação pessoal, financeira, segredo de justiça etc.
- 98** Deverão ser publicados nos sítios oficiais de um órgão ou entidade o plano de classificação e a tabela de temporalidade dessas instituições.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A difusão desses instrumentos de gestão documental está previsto na legislação do Distrito Federal, conforme consta explicitamente na Lei n.º 4.990/2012, art. 9.º, § 1.º, IX, e no Decreto n.º 34.276/2013.
- 99** A classificação em grau de sigilo deverá ser formalizada em termo de classificação de informação no qual conste a identificação do órgão produtor do documento.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os artigos específicos da Lei n.º 4.990/2012 e do Decreto n.º 34.276/2013 mencionam apenas a identificação da autoridade classificadora, que não equivale, necessariamente, ao órgão produtor, uma vez que pode ser classificado documento recebido de órgão externo.
- 100** Documentos cujas informações sejam classificadas em grau reservado terão seu prazo de desclassificação contado a partir do ato de classificação.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O prazo de restrição de acesso deve ser contado a partir da data da produção do documento e não do ato de classificação.
- 101** No caso da produção de dados estatísticos relativos à saúde pública no Distrito Federal, o acesso a informações pessoais não estará sujeito à manifestação de consentimento dos indivíduos abrangidos no estudo, desde que protegidas as identidades desses indivíduos.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Esse tipo de estudo pode ser inserido no escopo da Lei n.º 12.527/2011, art. 31, § 3.º, II que afirma que tal consentimento não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário à realização de estatística e pesquisas científicas de evidente interesse público e geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir. No âmbito do GDF, a Lei n.º 4.990/2012, art. 33, II e o Decreto n.º 34.276/2013, art. 44, II, replicam o texto federal.

Quanto aos documentos digitais arquivísticos, julgue os itens que se seguem.

- 102 Em seu nível lógico, a anatomia de um objeto digital é representada pela sequência do estado de polaridades (negativa e positiva) no suporte magnético.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O nível lógico corresponde ao conjunto de sequências de *bits*, que constitui a base dos objetos conceituais. Já o nível físico se relaciona ao fenômeno físico que registra as codificações lógicas dos *bits* nos suportes, por exemplo, a sequência do estado de polaridades (negativa e positiva) no suporte magnético ou a sequência de estados de translucidez (transparência e opacidade) nos suportes ópticos.

- 103 O formato .DOC, da Microsoft, é aberto e muito difundido, sendo, por isso, indicado para a produção de documentos arquivísticos digitais textuais.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Embora de uso bastante difundido, o formato .DOC da Microsoft é um formato fechado e proprietário. Formato Fechado de Arquivo: quando as especificações não são divulgadas pelo proprietário. Exemplo: .DOC; Formato Proprietário de Arquivo: quando as especificações são definidas por uma empresa que mantém seus direitos, sendo seu uso vinculado a uma licença. Exemplo: .PDF, .JPEG, .DOC e .GIF.

- 104 O nome e a versão do *software* de produção de um documento digital são dois dos componentes digitais que constituem esse documento.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A designação componente digital refere-se aos objetos digitais que compõem o documento arquivístico digital. De modo geral, pode-se dizer que componentes digitais são os arquivos de computador que contêm as informações de conteúdo, forma e composição necessárias à apresentação do documento arquivístico. As ações de preservação são realizadas nos componentes digitais.

- 105 Define-se como fixidez de um documento arquivístico digital a característica segundo a qual esse documento não é passível de nenhum tipo de variabilidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A fixidez prevê que o documento arquivístico tem uma forma fixa e um conteúdo estável. A fixidez evoluiu para contemplar a flexibilidade do ambiente tecnológico. Isso significa que, apesar de o conteúdo permanecer imutável, a forma fixa passa a ser interpretada dentro de uma variabilidade limitada. Assim, define-se como fixidez a qualidade de um documento arquivístico que assegura que suas apresentações documentais são limitadas e controladas por regras fixas e um armazenamento estável do conteúdo, da forma e da composição, de modo que a mesma interação, pesquisa, busca ou atividade por parte do usuário sempre produza o mesmo resultado.

- 106 Um documento digital ainda não assinado é um exemplo de documento arquivístico em potencial.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Documento arquivístico em potencial representa informações ou dados fluidos presentes em sistemas e que estão sujeitos a mudança constante. Ainda não são documentos arquivísticos, mas podem tornar-se, uma vez que alguém decida elaborá-los e salvá-los em forma fixa e conteúdo estável.

Com base no modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos — e-ARQ Brasil, julgue os itens subsecutivos.

- 107 Um dos requisitos que caracterizam um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD) é a gestão de preservação dos documentos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme o e-ARQ Brasil, são requisitos arquivísticos que caracterizam um SIGAD: captura, armazenamento, indexação e recuperação de todos os tipos de documentos arquivísticos; transferência e recolhimento dos documentos por meio de uma função de exportação; gestão de preservação dos documentos.

- 108 O e-ARQ Brasil abrange todos os requisitos necessários para que um órgão ou entidade possa criar, manter e dar acesso a documentos arquivísticos digitais.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O e-ARQ Brasil compreende uma extensa variedade de requisitos para diferentes esferas de atuação, ramos de atividade e tipos de documentos. No entanto, o e-ARQ Brasil sozinho não abrange todos os requisitos necessários para qualquer órgão ou entidade poder criar, manter e dar acesso a documentos digitais. As organizações possuem exigências legais e regulamentares distintas que devem ser levadas em conta ao se adotar este modelo. Cada organização deve considerar as suas atividades, os documentos que produz, bem como o contexto de produção e manutenção do documento e, dependendo da situação, acrescentar requisitos específicos e(ou) assegurar que os requisitos listados aqui como facultativos ou altamente desejáveis possam ser classificados como obrigatórios.

- 109 A obrigatoriedade de um requisito é expresso pela formulação “Um SIGAD deve...”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A palavra **deve** é usada quando o requisito é altamente desejado. Para requisitos obrigatórios, é usada a expressão **tem que**, conforme explícito no texto do e-ARQ Brasil: “Cada requisito numerado é classificado como: (O) – obrigatório: ‘O SIGAD tem que...’; (AD) – altamente desejável: ‘O SIGAD deve ...’; (F) – facultativo: ‘O SIGAD pode...’”.

- 110 Um exemplo de termo completo para identificar uma classe, conforme previsto nos requisitos do e-ARQ Brasil, é: 033.2 Material de Consumo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Termo completo é toda a hierarquia referente à classe. De acordo com e-ARQ Brasil: “Um SIGAD tem que utilizar o termo completo para identificar uma classe. Entende-se por termo completo toda a hierarquia referente àquela classe.”. No exemplo dado, o termo completo seria 030 Material: 033. Aquisição: 033.2 Material de Consumo ou, ainda, Material: Aquisição: Material de Consumo.

Acerca dos metadados, conforme o e-ARQ Brasil, julgue os próximos itens.

- 111 Cópia, minuta e original são metadados de *status* do documento.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O e-ARQ Brasil, quanto aos metadados, indica que o grau de formalização do documento inclui: minuta/rascunho (pré-original): versão preliminar do documento; original: primeiro documento completo e efetivo; cópia: resultado da reprodução do documento.

- 112 O elemento de metadado denominado status do agente refere-se ao nível de restrição de acesso aos documentos e ao sistema, podendo tal restrição ser de uso e(ou) de intervenção.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Conforme expressa o e-ARQ Brasil, “Status do Agente: Indica se o agente está ativo ou inativo no SIGAD”; já o campo 4.3 indica: “Autorização de acesso: Nível de restrição de acesso (uso e intervenção) aos documentos e operações do sistema.”
- 113 Na captura para um SIGAD de uma mensagem de correio eletrônico recebida, a qual foi assinada por João Barros e enviada pelo endereço postal pedroronaldo@pmdf.gdf.gov.br, o metadado originador será preenchido com o nome “Pedro Ronaldo”.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O e-ARQ Brasil, em seu elemento de metadado 1.16 Originador, apresenta o seguinte texto no campo definição, que corrobora a correção da sentença: “Pessoa física ou jurídica designada no endereço eletrônico ou login em que o documento é gerado e(ou) enviado”.
- 114 A transferência de documentos para a fase intermediária é abrangida pelo metadado destinação prevista.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Embora não corresponda à terminologia em vigor, o e-ARQ Brasil, em seu metadado 1.32 Destinação prevista, apresenta o seguinte texto no campo definição: “Indicação da próxima ação de destinação (transferência, eliminação ou recolhimento) prevista para o documento, em cumprimento à tabela de temporalidade”. Mais adiante, uma nota de aplicação esclarece: “Para a finalidade deste instrumento, considera-se a transferência como uma ação de destinação.”.
-
- No que concerne à microfilmagem de documentos de arquivo no Brasil, julgue os seguintes itens.
- 115 Microfilmes originais deverão ser armazenados em local distinto daquele em que serão depositadas as cópias deles.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Isso é feito com o objetivo de garantir a segurança no caso de sinistro e é uma orientação legal, como se pode observar no Decreto n.º 1.799/1996: “Art. 5.º A microfilmagem, de qualquer espécie, será feita sempre em filme original, com o mínimo de 180 linhas por milímetro de definição, garantida a segurança e a qualidade de imagem e de reprodução.
§ 1.º Será obrigatória, para efeito de segurança, a extração de filme cópia do filme original.
(...)
§ 3.º O armazenamento do filme original deverá ser feito em local diferente do seu filme cópia.”.
- 116 A legislação pertinente prevê a microfilmagem como única tecnologia autorizada para a realização de substituição de documentos de arquivo.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Embora pendente da regulamentação que defina os requisitos para constatar a integridade do documento digital gerado, com as alterações feitas pela Lei n.º 13.874/2019, a Lei n.º 12.682/2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, permite a digitalização de substituição, explicitamente nos seguintes termos: “Art. 2.º-A. Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de documentos públicos ou privados, compostos por dados ou por imagens, observado o disposto nesta Lei, nas legislações específicas e no regulamento.
§ 1.º Após a digitalização, constatada a integridade do documento digital nos termos estabelecidos no regulamento, o original poderá ser destruído, ressalvados os documentos de valor histórico, cuja preservação observará o disposto na legislação específica.”.
- 117 A microfilmagem em arquivos poderá ser usada para reduzir o espaço ocupado por documentos de guarda de longo prazo cuja eliminação esteja prevista conforme a tabela de temporalidade.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Uma das grandes dificuldades dos arquivos é gerenciar os grandes acervos de longo prazo de guarda (como aqueles relativos à gestão de pessoas), cuja eliminação esteja prevista na tabela de temporalidade. O **Manual de Gestão de Documentos Administrativos do Governo do Distrito Federal**, aprovado pela Instrução Normativa n.º 2/2014, ratifica essa afirmação ao explicitar: “Em geral, a microfilmagem é recomendada para acervos volumosos cuja temporalidade seja longa” e, mais adiante: “Substituir o suporte papel, preservando as informações dos documentos eliminados, tendo em vista a racionalização e aproveitamento do espaço físico – microfilme de substituição.”.
- 118 A sinalética utilizada em microfilmes para indicar a separação de conjuntos documentais é denominada zebra.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme disposto no Anexo II, Resolução n.º 10/1999, do Conselho Nacional de Arquivos: “14. Separação de conjuntos documentais pode ser usada antes de cada conjunto documental para alertar o usuário da mudança de um conjunto documental para outro. Mais conhecida como ZEBRA”. Consiste de uma imagem com listras verticais, pretas e brancas, largas, alternadas, o que faz lembrar o padrão de cores de uma zebra. No centro da sinalética aparece número arábico em negrito, indicativo da posição sequencial da zebra. Esta sinalética pode ser feita no computador, com o recurso tabela.
- 119 Documentos de uma sequência que sejam omitidos quando da microfilmagem, por falha de operação ou por problema técnico, deverão ser reproduzidos posteriormente e inseridos no filme original.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Conforme Decreto n.º 1.799/1996, não é permitido corte ou inserção no filme original: “Art. 9.º Os documentos da mesma série ou sequência, eventualmente omitidos quando da microfilmagem, ou aqueles cujas imagens não apresentarem legibilidade, por falha de operação ou por problema técnico, serão reproduzidos posteriormente, não sendo permitido corte ou inserção no filme original.”
- 120 Denomina-se sistema híbrido, ou microfilmagem eletrônica, a junção da microfilmagem e da digitalização na geração de microfilmes.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O sistema híbrido surgiu como possibilidade de solução para agilizar o acesso aos documentos e para preservar os documentos permanentes, com o microfilme eletrônico obtido através de digitalização e microfilmagem simultâneas. O sistema híbrido é a junção de mais de uma tecnologia, aproveitando o melhor que cada uma tem a oferecer, como: microfilmagem e digitalização. A implantação de sistemas híbridos de documentos de arquivo tem sido descomplicada pelo uso de equipamentos como computadores, leitores e *scanners* de microformas. Basicamente existem duas formas de adoção do sistema híbrido: utilizando-se equipamentos separados (microfilmadora e *scanner* de microformas) e utilizando-se equipamento híbrido (digitalização e microfilmagem realizadas pelo mesmo equipamento).

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A adoção de soluções tecnológicas para a gestão de documentos arquivísticos, geralmente acompanhada da ideia de cessar a produção de documentos em papel, tem-se ampliado nas instituições públicas. Contudo, nem sempre tais tecnologias são sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD) e, sendo assim, as instituições ainda conviverão por anos com documentos não digitais que precisam estar contemplados pelo sistema. Como agravante à necessidade de gerenciar essa situação híbrida destaca-se a existência de inúmeros outros sistemas de negócio no âmbito institucional nos quais apenas partes das informações e documentos produzidos podem ser considerados arquivísticos, funcionando paralelamente ao sistema de gestão de documentos, sem a sua influência.

Considerando o assunto tratado no texto precedente e as diretrizes e normas sobre gestão arquivística de documentos digitais, redija um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos:

- 1 diferenças fundamentais entre SIGAD e soluções de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documento) em geral; [valor: 8,00 pontos]
 - 2 tratamento de documentos arquivísticos não digitais no SIGAD, conforme a legislação regulamentadora; [valor: 10,00 pontos]
 - 3 definição e exemplos de sistemas de negócios e seus respectivos documentos arquivísticos digitais; [valor: 10,00 pontos]
 - 4 relação do SIGAD com outros sistemas de negócio de uma instituição no que diz respeito aos requisitos de gestão de documentos arquivísticos. [valor: 10,00 pontos]
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
